

AGROECOLOGIA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: REFLEXÕES ACERCA DE AVANÇOS E LIMITES EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO⁴.

Patricia Joia Nunes¹
Marta Cristina Marjotta-Maistro²
Rafael Virginio dos Santos³

RESUMO

Em 2014, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresentou, no VI Congresso Nacional, um programa de Reforma Agrária Popular, com o intuito de avançar na questão da Reforma Agrária no país. Tal programa traz como uma de suas proposições fundamentais a construção da agroecologia como matriz produtiva para os assentamentos rurais, tanto novos como os antigos. A partir deste contexto, por meio de revisão bibliográfica, o presente artigo tem como objetivo trazer elementos teórico-conceituais acerca da trajetória do debate agroecológico no MST, com um olhar para o estado de São Paulo, no qual existem projetos de assentamento construídos com base na proposta das “Comunas da Terra”. Esta proposta das “Comunas da Terra” foi, normatizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS’s). Como resultado deste processo, contabilizou-se que, desde os anos 2000, houve um aumento na quantidade de experiências agroecológicas nos assentamentos do MST do estado de SP, estendendo-se para as dez regiões de organização, as quais, nem todas possuem assentamentos do tipo PDS. Na medida em que há avanço nas experiências concretas, a agroecologia ganha maior importância e fortalece a proposta de Reforma Agrária Popular, demonstrando ser um caminho necessário para sua consolidação, questionando o modelo do campo brasileiro através da produção de alimentos saudáveis, sem a superexploração dos recursos naturais, do trabalho e garantido geração de renda.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Agroecologia; Assentamentos Rurais; Revisão na bibliográfica.

1. Introdução

¹ Engenheira Agrônoma pela Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA) - Universidade Estadual Paulista – UNESP/Botucatu-SP. Pós-graduação em Estudos latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda do Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) – UFSCar/Araras-SP.

² Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural - Universidade Federal de São Carlos – Campus Araras.

³ Bacharel em Agronomia com Ênfase em Agroecologia pelo convênio UFSCar/PRONERA

⁴ Este artigo é reproduz em partes o do Trabalho de Conclusão apresentado no Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2015 pela primeira autora, bem como, posteriores levantamentos realizados junto ao setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST do estado de São Paulo.

2. Metodologia e Fonte de Dados

Para a realização do presente trabalho, foi necessário o acompanhamento as reuniões do setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento Sem Terra – MST do estado de São Paulo, com destaque para que a partir dos anos 2000, inseriu a Agroecologia nos seus debates como forma de desenvolvimento nos seus territórios, independente da idade e do tamanho dos assentamentos e dos lotes e a partir de 2014, tem na agroecologia uma nova proposta para o direcionamento da capacitação e formação e produção baseados nos princípios da sustentabilidade.

No estado de São Paulo, o setor tem buscado diversos projetos e parcerias, para que isso se torne realidade, principalmente conforme abordado no Plano Nacional de Reforma Agrária apresentada durante o VI Congresso Nacional do MST.

Para o confronto dos dados, e a reflexão teórica do presente trabalho, são apoiados em informações disponíveis em órgão governamentais como o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, além da revisão na literatura sobre a evolução da agricultura alternativa para a agroecologia pelas diferentes épocas, cenários, escolas/autores consolidadas/as de agroecologia e suas influências na difusão da agroecologia nos assentamentos do estado de São Paulo.

3. Resultados e Discussão

3.1 Questões teórico-conceituais e práticas sobre Agroecologia no Brasil.

O processo pelo qual passa a construção de uma nova proposta produtiva para campo brasileiro é considerado recente e advém de um conjunto de questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento da agricultura mundial, que alcançou também o Brasil na década de 1960, com a denominada “Revolução Verde”.

Tais questionamentos iniciaram-se no país, ainda timidamente muito ligados a questão ambiental e ocorriam concomitantemente à difusão dos pacotes tecnológicos. Neste sentido, desenvolveram-se, em diversos países, outras tecnologias de produção contrapondo esta lógica, chamadas por muito tempo de “agricultura alternativa”.

Segundo relata Grossi (2014), a publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, nos Estados Unidos da América em 1962, repercutiu mundialmente, se afirmando como uma das primeiras produções a contestar o padrão de agricultura dominante através de pesquisas que demonstraram consistentemente seus impactos ambientais e sociais, trazendo questionamentos também sobre os perigos para a saúde humana e animal, causados pelo uso de agrotóxicos.

Luzzi (2007), faz uma importante sistematização da construção do debate da agroecologia no país. Segundo a autora, as primeiras críticas brasileiras foram tecidas por intelectuais e por categorias profissionais, especialmente engenheiros agrônomos, que contribuíram significativamente na luta contra os agrotóxicos e o avanço do debate da agricultura alternativa no país.

Esses atores sociais individuais e coletivos, principalmente a Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP), no início da década de 1980, começaram a realizar no país o Encontro Brasileiro de Agriculturas Alternativas (EBAA). Em um momento, no qual, praticamente inexistiam experiências produtivas práticas no tema, segundo Luzzi (2007, p.18), as duas experiências pioneiras estavam localizadas no estado

de São Paulo e foram “a Estância Demétria, Botucatu/SP, criada em 1972 por um grupo de jovens predominantemente europeus, seguidores da agricultura biodinâmica e Yoshio Tsuzuki – engenheiro agrônomo formado no Japão, pioneiro da agricultura orgânica no Brasil, que possui um sítio, criado em 1973, em Cotia/SP, onde desenvolve produção de hortaliças e fruticultura”.

De acordo com a autora, foi apenas no III EBAA (1987) que a discussão foi deslocando-se de uma questão puramente ambiental ao pacote tecnológico da Revolução Verde – que provocava degradação do meio ambiente e contaminação dos alimentos e do agricultor – para a crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento – que era excludente e causava dependência tecnológica aos agricultores, favorecendo apenas uma parcela pequena de grandes e médios produtores que tinham melhores condições financeiras e de infra-estrutura (LUZZI, 2007, p. 18). Foi também nesse encontro se que definiu os sujeitos da proposta da agricultura alternativa como os pequenos produtores.

A partir das contribuições de Moreira (2000 *apud* GROSSI RODRIGUES, 2014) afirma-se que a crítica ambientalista no Brasil, feita ao modelo da Revolução Verde e a modernização tecnológica socialmente conservadora possuía três vetores: técnico, social e econômico. Estas críticas se direcionaram quanto aos problemas trazidos por suas práticas produtivas altamente nocivas à natureza e particularmente aos ecossistemas, aos elevados custos, dependente da matriz energética do petróleo, e para questionamentos referentes ao caráter concentrador de riquezas e de benefícios sociais advindos deste processo. Como resultante destas reflexões, propõem-se a construção de um modelo produtivo alternativo a este padrão tecnológico, e também de formas sociais produtivas de organização contrapostas a este caráter concentrador de riquezas.

O tema da agroecologia foi evoluindo de um conjunto isolado, para um conjunto articulado de experiências produtivas através do início de um Projeto de Tecnologia Alternativa - PTA/FASE, na década de 1980, em Paraty/RJ, que progressivamente foi sendo ampliada para diferentes territórios, mudando metodologias e sendo incorporada ao conjunto das organizações de trabalhadores, movimentos sociais rurais e instituições estatais. (LUZZI, 2007).

Em 1983, a criação do Projeto Tecnologias Alternativas-FASE (PTA-FASE) e, nos anos seguintes, a multiplicação de Organizações Não Governamentais atuando em todas as regiões do país. O surgimento dos Centros de Tecnologia Alternativa (CTA) e da AS-PTA, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa reforçam este movimento (BIANCHINI; MEDAETS, 2016). Com objetivo de atuar no fortalecimento e promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A experiência acumulada pela entidade permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras”. A AS-PTA constituiu depois uma rede ampla denominada Rede – PTA.

Posteriormente, passaram a se constituir diversas redes locais da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, das quais, algumas a AS-PTA era parte constituinte outras não. As redes, ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas. Segundo Luzzi (2007), é importante ressaltar que desde a origem os debates sobre a agricultura alternativa e suas concepções encontravam pontos convergentes e divergências, pela amplitude de motivações que levava o público a querer construir tecnologias alternativas e também a interpretações políticas de como colocar em prática tais tecnologias.

Nesse sentido algumas entidades achavam que a atuação tinha que se dar próxima aos movimentos sociais, outras mais no interior da produção de conhecimento.

Schimitt (2013), afirma que a tradução e publicação no Brasil, em 1989, no livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa” de Miguel Altieri foi um marco importante na passagem de uma concepção centrada na difusão de práticas tecnológicas específicas para uma abordagem que tomava o agroecossistema como unidade de análise e intervenção (SCHIMITT, 2013). Mas somente na edição publicada em 2002 passa a se afirmar a defesa de uma agricultura sustentável, e o termo agroecologia passa a ter uma aceção mais ampla. A partir de um enfraquecimento nacional da Rede-PTA, no fim da década de 1990, diante do fortalecimento de experiências e redes locais, foram realizadas tentativas de modificar a estratégia organizativa, a fim de que a articulação que dava visibilidade nacional não se tornasse esvaziada. Diante disso, foi proposta a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia, em 2002, culminando na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Grossi RODRIGUES (2014), relata que “a partir da década de 2000, começam a serem realizados os Encontros Nacionais de Agroecologia - ENAs, sendo o primeiro organizado pelas ONGs da rede PTA, e na sua plenária final foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que passa a promover os ENAs.” Já os Congressos Brasileiros de Agroecologia - CBAs, visam a apresentação e debate de trabalhos científicos sobre agroecologia. No 2º CBA foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), responsável pela organização dos CBAs, e que passa a editar a partir de 2006, a Revista Brasileira de Agroecologia, de periodicidade semestral e em versão eletrônica.

No campo das concepções teórico-conceituais, a partir de contribuições de autores internacionais, foi-se constituindo o marco conceitual do pensamento agroecológico no Brasil, sempre destacando o quanto essa construção se faz recente e a quantidade de conhecimento que vem sendo produzido a partir desses teóricos, sobretudo, motivados pelas novas práticas que gradativamente ganham espaço em diversos territórios do país.

Neste sentido, de acordo com Guhur e Toná (2012 *apud* GROSSI RODRIGUES, 2014), destacam-se duas principais correntes da agroecologia: a norte-americana, sendo Miguel Altieri e Stephen Gliessman, os nomes mais expressivos, e a chamada escola européia, tendo como principais expoentes Eduardo Sevilla-Gusmán e Manuel Gonzáles de Molina, integrantes do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – ISEC, da Universidade de Córdoba, na Espanha.

Cabe delinear de forma breve essas duas correntes de pensamento, compreendendo que existem importantes pontos nesses dois campos de conhecimento que se entrelaçam e que devem contribuir para o desenvolvimento de uma concepção da Agroecologia adaptada a realidade política, econômica, social e ambiental brasileira.

A primeira corrente, a norte-americana, a partir de descrição de Shimitt (2013), designa a agroecologia como “uma disciplina científica ou campo de conhecimentos”. Compreendendo-a como um “enfoque teórico e metodológico que, com base em diferentes disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrícola e agrária sob uma perspectiva ecológica”.

Segundo Altieri (1989), então, a Agroecologia elege o agroecossistema como unidade de análise, constituindo-se num conjunto de elementos e relações complexas que interagem num espaço composto por produção agrícola, alocação de recursos físicos financeiros, comercialização e relações sociais envolvidas no caráter regional. Por outro lado o uso do espaço e dos recursos; aumento de produtividade e uso mais eficiente de solo, nutrientes, água e radiação solar; reciclagem de nutrientes; conservação da água.

No Brasil, esta visão está presente em autores como Caporal e Costabeber, que discorrem sobre a agroecologia não poder ser confundida com as diferentes agriculturas de base ecológica empiricamente existentes que podem, ou não, incorporar os princípios da Agroecologia. Essa visão também tem sido endossada em alguns textos orientadores de políticas públicas, como o Marco Referencial em Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2006; SHIMITT, 2013).

Segundo Grossi Rodrigues (2014), tratando da corrente europeia, nas elaborações de Sevilla-Guzman (2001, 2005, 2006) há uma ampliação desta perspectiva, “a partir do direcionamento destes conhecimentos para fundamentar possibilidades de desenvolvimento rural, potencializando os processos sociais que envolvem a necessária participação organizada dos agricultores, com seus conhecimentos e práticas.” Assim, a autora afirma que: abrangendo os estudos agrônômicos relacionados à parte técnica de produção, a agroecologia para este autor, também tem uma dimensão política, uma vez que questiona a destruição das culturas camponesas operada pela ideologia da revolução verde, desmistificando também a superioridade do mundo urbano sobre o rural. Isto remete à compreensão dos camponeses sobre os processos de exploração aos quais estão submetidos, para que eles possam desenvolver, junto com os técnicos, processos de transição da agricultura convencional para a agroecologia (GROSSI RODRIGUES, 2014).

Guzman (2001) apresenta o debate agroecológico como “contraponto à lógica do neoliberalismo e da globalização econômica”. Para o autor, a Agroecologia, que propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, necessita utilizar, na maior medida possível, os elementos de resistência específicos de cada identidade local, sendo a maneira mais eficaz para realizar esta tarefa, potencializar as formas de ação social coletiva, pois estas possuem um potencial endógeno transformador. Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar aquelas que existem localmente e “acompanhar” e animar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa (GUZMAN, 2001)

A partir dos anos 2000, em nível nacional, a construção agroecológica tanto no âmbito das articulações políticas quanto nas práticas propriamente ditas, têm tido como referências importantes os Encontros Nacionais de Agroecologia – ENAs e as Jornadas de Agroecologia realizadas no Paraná. Como eventos de caráter científico, destacam-se o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) (SHIMITT, 2013). Somam-se a estes, uma diversidade de eventos estaduais, regionais e locais que são continuamente realizados pelos diversos atores atuantes no campo da agroecologia, no sentido de fortalecer as práticas a nível local, criar mecanismos de intercâmbio e de articulações mais amplas a respeito das experiências vivenciadas pelas famílias.

As redes de comercialização ou formas de comercialização que utilizam os princípios da cooperação podem envolver a participação de uma diversidade de entidades e atores, estes meios também têm se mostrado como formas de articular os produtores com alto potencial organizativo e, para tal, necessita existir com objetivos que vão além da questão econômica. Um exemplo interessante neste sentido é a Rede Ecovida.

A Rede Ecovida de Agroecologia surge no Sul do Brasil como resultado de processos históricos realizados por organizações populares e não governamentais na construção de uma alternativa ao modelo de agricultura, desenvolve seus trabalhos em mais de 170 municípios do Sul do Brasil, contando com 21 núcleos regionais (em distintos estágios de organização), que reúnem mais de 200 grupos de famílias agricultoras (aproximadamente 2000 famílias), cerca de 25 ONG’s, 10 cooperativas de consumidores e diversas iniciativas de processamento e comercialização. No campo da comercialização, mais de 100 feiras ecológicas são

realizadas pelas organizações que integram a Ecovida, além destas, existem experiências de comercialização nos chamados mercados institucionais, nos municípios e estados; venda a supermercados e alguns processos de exportação.

Em 2006, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) identificou em um rápido levantamento realizado no período preparatório ao seu II Encontro Nacional, 1011 iniciativas de base local, voltadas à promoção da agroecologia distribuídas nos diferentes biomas brasileiros. (SCHMITT, 2013). Já no III ENA, realizado nos dias 16 e 19 de maio de 2014 na cidade de Juazeiro-BA, houve um aumento do público de mais de 2.100 pessoas vindas de todos os estados brasileiros.

Chama-se atenção para o fato de que o diversificado conjunto de práticas, sentidos e processos de identificação que emergem em diferentes contextos nos quais estão inseridas essas ações não podem se reduzir a uma suposta unidade agroecológica. (SCHMI, 2013). Mas sim, experiências localizadas que vão assumindo caráter mais amplo a partir de processos de articulação regional, estadual e nacional, como por exemplo, tem sido o papel desempenhado pela Articulação Paulista de Agroecologia (APA) em São Paulo ou Articulação Nacional de Agroecologia e com potencial de multiplicadoras. Segundo consulta ao site da ANA (www.agroecologia.org.br, 2016), a Articulação tem um trabalho extenso de mapeamento e sistematização de experiências, com uma série de ferramentas, como produção de vídeos, publicações e sistema de informação em rede, busca formas de mobilizar os atores locais para que eles possam estudar e compreender melhor seu território, visando ao fortalecimento da agroecologia e à ampliação da escala das suas experiências.

É importante pontuar que foi somente entre o fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000 que a agroecologia passa a ser incorporada ao debate dos movimentos sociais rurais, principalmente pela influência da Via Campesina, tendo como um dos marcos a campanha de 2003, “Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade” (GROSSI, 2014).

O tema agroecologia, ao ser incorporado e interpretado pelas organizações e movimentos sociais, promove ao mesmo tempo uma mudança profunda nas formas de produção, comparativamente ao modelo hegemônico de desenvolvimento, e propõem-se a mudanças mais substanciais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais da produção. (GROSSI, 2014). Portanto, consegue carregar consigo a dimensão da transformação técnica, mas também a dimensão de proposta política, que se encontram intrinsecamente interligadas e possuem potencial transformador.

Ainda, é necessário dizer que existe uma dimensão da agroecologia relacionada ao papel do Estado e tal relação é mediada por conflitos no que tange a concepção da própria agroecologia e aquilo que o Estado brasileiro vem a oferecer para sua concretização no campo. Há no Estado, uma clara questão de disputa com o modelo hegemônico de produção defendido para o país e o que é tratado como prioridade, diante dos temas já abordados no presente trabalho, o Agronegócio sempre está na frente e, em grande parte do tempo, a visão da agroecologia defendida restringe-se puramente a uma questão mercadológica. Dessa maneira, faz-se importante destacar que não é uma relação simples e fácil de ser construída, mas sim uma constante disputa na qual os sujeitos do processo exigem participação e fazem questionamento, visando conseguir formas de colocar a agroecologia nas vias do Estado que se aproximem da realidade e necessidade dos pequenos agricultores.

Assim, a partir das reivindicações dos grupos organizados pela Agroecologia no país, o Brasil, a agroecologia vem sendo referência em projetos e programas de diferenciados órgãos em nível municipal, estadual e federal. Na área da educação formal são realizados vários cursos de agroecologia, de nível médio, graduação e pós-graduação. Nas universidades públicas brasileiras, foram formados vários núcleos de pesquisa e extensão em

agroecologia, apoiados por editais do ministério do desenvolvimento agrário. Também é importante destacar, no campo da pesquisa agrícola, a iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária (EMBRAPA), na extensão rural, foi criada em 2003, através da pressão das organizações ligadas a ANA, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Recentemente, em 2012, foi constituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (GROSSI, 2014).

Recentemente, Mazalla Neto (2014), define as experiências agroecológicas como uma das expressões do agravamento das contradições do paradigma do capitalismo agrário no campo, quando buscam a ruptura e superação das relações sociais opressoras e exploradoras presentes na sociedade contemporânea na esfera rural, e as negam quando constroem formas alternativas na relação entre trabalho e natureza (MAZALLA NETO, 2014).

Diante disso, para Mazalla Neto (2014), a agroecologia possui caráter emancipador, na medida em que se apresenta como uma proposta de intervenção na realidade “integrando teoria e prática, buscando superar relações alienadas de opressão, buscando a transformação social no campo através do manejo de recursos naturais e ressignificação do trabalho e da relação humanidade e natureza”.

Para tal, são os movimentos e organizações da classe trabalhadora do campo e da cidade, os responsáveis por incorporar este tema em suas pautas e linhas políticas, praticando-a e atuando na construção desse conhecimento de maneira adequada à classe trabalhadora. O tema, ao ser incorporado e interpretado pelas organizações e movimentos sociais, promove ao mesmo tempo uma mudança profunda nas formas de produção, comparativamente ao modelo hegemônico de desenvolvimento, e propõe-se a mudanças mais substanciais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais da produção. (GROSSI, 2014).

Do ponto de vista da concepção, como conclui Grossi Rodrigues (2014), a dimensão política da agroecologia ultrapassa a crítica à agricultura convencional abarcando a necessária análise das relações sociais, presentes no sistema capitalista, que reproduz essa agricultura, rompendo com a lógica desta atividade, para além da produção de mercadorias padronizadas que se baseia no aumento da produtividade e do lucro, a partir da aplicação de conhecimentos científicos fragmentados. Neste sentido, a discussão conceitual da agroecologia não pode desconsiderar que os problemas apresentados na agricultura são expressões da sociedade capitalista e de seu padrão dominante de desenvolvimento, e que suas diferenciadas leituras são afetadas pela crise contemporânea dos paradigmas da ciência. (GROSSI RODRIGUES, 2014)

De acordo com Mazalla Neto, (2014) citando Mészáros (2006), uma reflexão acerca de um ser humano emancipado, ou totalizado, só se pode conceber em meio à negação das relações sociais de produção capitalistas. Toda e qualquer ciência que não percebe o antagonismo entre propriedade e trabalho, enfrentará dificuldades em construir um conhecimento social útil à emancipação. Dessa forma, a concepção agroecológica, em sua *práxis*, tem que caminhar neste sentido.

Para o autor, existem elementos, parte da história da construção agroecológica no país que dificultam nos dias atuais o entendimento da mesma enquanto uma proposta de caráter emancipador, são eles:

- 1) As construções teóricas e práticas da Agroecologia mais ligadas a sua raiz de pensamento, como formas camponesas de resistência à opressão e manifestações de libertação na ressignificação das relações sociais no campo, ocorreram fora, em países estrangeiros como os Estados Unidos. Já, no Brasil, longe de suas

origens, as configurações da Agroecologia, se dão tanto na ciência como na prática, com aspecto técnico muito exacerbado, ligadas à ecologia e aos manejos sustentáveis na agricultura;

- 2) Outras influências fortes, no período, dentro do debate de agricultura e questão ambiental, foram às agriculturas alternativas, como a natural, a biodinâmica, a orgânica e a permacultura, que contribuíram para acentuar esse caráter técnico da Agroecologia no Brasil (MAZALLA NETO, 2014).

Somente, a partir da retomada das influências, em pesquisadores e extensionistas nacionais, de pensadores como Eduardo Sevilla Gúzman e Juan Martínez Alier, dentre outros, e da aproximação dos movimentos sociais do campo à Agroecologia, que ela retoma sua dimensão política, reata a suas raízes camponesas com a resistência simbólica à opressão na sociedade, e com a forma de enfrentar a sujeição, a partir de um manejo específico e autônomo dos recursos naturais (MAZALLA NETO, 2014).

Para Martins (2010), citado por Mazalla Neto (2014), a Agroecologia ainda é limitada a algumas experiências locais e pontuais, porém já mostra sua importância dentro de um projeto societário que negue o capital. Para o autor, “apesar da agroecologia não ter força em si mesma para edificar uma sociedade socialista, tal sociedade perderá sentido e força humanizadora se tal projeto não incorporar a Agroecologia e realizar uma radical crítica ao modelo produtivista do capital” (MAZALLA NETO, 2014).

3.2 A Reforma Agrária Popular proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

No documento aprovado em seu VI Congresso Nacional, “o MST afirma que nunca houve Reforma Agrária no Brasil, mesmo limitada, que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso” (Programa Agrário do MST, 2014), segundo a organização, existem políticas de assentamentos rurais, diferindo bastante de um processo efetivo de democratização das terras.

Sampaio (2013) explica que a tendência de confundir reforma agrária com assentamento rural tem surgido muito no cenário brasileiro. O autor explica que o assentamento rural é apenas mais um dos elementos constitutivos de uma reforma agrária, ao lado, por exemplo, do decreto expropriatório, do cadastramento da propriedade, da seleção dos beneficiários, entre outros elementos e “transformá-lo em sinônimo de reforma agrária faz parte da luta ideológica destinada a despolitizar o debate de questão agrária e retirar a reforma agrária da agenda do país” (SAMPAIO, 2013).

O MST, em seus documentos, relata que existem muitas teses sobre os motivos que levaram a burguesia brasileira a não realizar reforma agrária no país, uma das principais consiste no fato de que “a burguesia industrial brasileira nunca se constituiu como uma burguesia nacionalista que queria desenvolver a nação, a indústria brasileira já nasceu dependente do capital externo” e de desenvolver um capitalismo típico aos países latino-americanos, denominado por “dependente” ou “selvagem” (2014).

Sampaio Jr. (2013), explica que essa rigidez na forma de enfrentar a questão agrária é uma necessidade estrutural do conjunto da burguesia dependente. Para o autor, “a preservação das desigualdades sociais no campo é um elemento estratégico não apenas para deprimir o preço da força de trabalho, mas para maximizar o excedente extraído da agricultura”. Por fim, o “latifúndio é um elemento estratégico do padrão de acumulação e do padrão de dominação do capitalismo dependente como um todo” (SAMPAIO JR., 2013).

Para Sampaio Jr. (2013), “quando posta em perspectiva histórica, fica evidente que a concentração fundiária constitui um dos principais obstáculos à conformação do Brasil como um Estado Nacional capaz de combinar capitalismo, democracia e soberania nacional”. Para o autor, “a reforma agrária é um elemento estratégico da luta do povo brasileiro para superar as relações internas e externas responsáveis pela dupla articulação que perpetua o regime burguês como capitalismo selvagem – a extrema desigualdade social e a posição subalterna no sistema capitalista mundial”.

A materialização do chamado agronegócio deu-se ainda no final da década de 1990, no segundo mandato do presidente FHC – Fernando Henrique Cardoso, com a elaboração do Projeto “Novo Mundo Rural”, e nos governos seguintes, Lula – Luís Inácio da Silva (nos dois mandatos) e Dilma Rousseff, houve um aprofundamento do modelo.

Fernandes (2005) afirma que o Agronegócio é o novo nome de um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista construído historicamente desde o Brasil colônia, passando por diferentes fases, modificando-se e adaptando-se, porém, sempre intensificando a exploração dos recursos naturais e do ser humano. Para o autor, Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O autor relata que o latifúndio carrega consigo “a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico, associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Sendo, portanto, um espaço a ser ocupado para o desenvolvimento do país. Neste sentido, a imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária, proposto do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), já em um contexto de expansão do Agronegócio no país, se propunha a atingir um milhão de famílias entre assentadas pelo Programa de Reforma Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário e a regularização fundiária, tornando o campo um território de paz, produção e justiça social. (BRASIL, II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2004).

Firmiano (2014), relata que a reforma agrária, proposta do II PNRA (período de 2004 a 2007), faz parte do plano do governo federal em reduzir substantivamente a pobreza e a miséria que envolviam, na época, mais de quarenta milhões de pessoas no Brasil. Segundo o mesmo documento, citado por Firmiano (2014), a segurança alimentar era o eixo sobre o qual deveriam se basear as políticas de assentamento de famílias excluídas dos processos produtivos presentes, articulando-se ao campo das políticas sociais que compunham os programas Fome Zero e Bolsa Família que, por seu turno, se inseriam na perspectiva geral de desenvolvimento econômico e social do país centrado num modelo mais inclusivo. (cf. Brasil/mda, 2004 in FIRMIANO, 2014).

Porém, os números observados durante o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) foram 95mil famílias/ano, muito longe do previsto no II PNRA, já no segundo mandato Lula (2007-2010) – 58 mil/ano, portanto, concomitante ao avanço do agronegócio observa-se uma paralisia no âmbito da arrecadação e distribuição de terras para fins de Reforma Agrária no país (CPT, 2014).

Situação que não se modificou positivamente com a eleição do governo Dilma, no ano de 2010, segundo documento publicado pela Comissão Pastoral da Terra - regional Nordeste II (CPT, 2014), fazendo um balanço do primeiro mandato da presidente Dilma em relação a realização da reforma agrária no país, a política econômica da nova presidenta seguiu

investindo forte, e quase exclusivamente, no agronegócio, nas mineradoras, em grandes projetos de desenvolvimento e de expansão do capital.

Resumindo os dados de institutos oficiais presentes neste mesmo documento divulgado pela CPT, observa-se a seguinte situação:

- Durante os anos de 2011 a 2014 foram “assentadas” 103.746 mil famílias. No entanto, é preciso fazer um alerta: 73% correspondem a famílias ligadas a processos anteriores ao mandato da presidenta Dilma;
- as ações originárias em seu próprio governo, representam 28.313 mil famílias e todas essas famílias não estão ligadas necessariamente a criação de novos assentamentos, mas também a casos de regularização junto ao Incra;
- 43,1% da área total obtida nesses quatro anos referem-se a reconhecimentos de áreas antigas, já ocupadas por essas famílias, em vários estados do país;
- no ano de 2014, último de seu mandato, a presidenta Dilma assentou/regularizou apenas 6.289 mil famílias;
- no último dia do ano, 31/12, foram anunciados decretos de desapropriação de 22 áreas para serem destinadas à Reforma Agrária em todo o país. Com estas, somam-se ao todo 30 áreas que foram a decreto em 2014. No entanto, isso não garante de fato o assentamento de novas famílias sem terra, pois além de este processo ser lento, os proprietários ainda podem recorrer da decisão (CPT, 2014, p. 3).

Diante desse quadro, os números da Reforma Agrária do governo Dilma são considerados os piores desde 1994. No que diz respeito à demarcação de territórios tradicionais, o quadro também atinge a pior marca dos últimos vinte anos, contrariando o que determina a Constituição Brasileira, o governo da Presidenta Dilma Rousseff paralisou os procedimentos administrativos de demarcação de territórios indígenas no país. Apenas 11 homologações foram feitas pela Presidenta durante os quatro anos de governo (CPT, 2014, p. 3).

Ainda, segundo os dados da CPT (2014, p. 4) “o agronegócio, beneficiado como indiscutível opção preferencial dos Governos Petistas, tratou de aprofundar o seu modelo e as suas diretrizes”, alcançando os seguintes índices:

- O Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Em média, cada brasileiro/a consome por ano cerca de 5,2 litros de veneno agrícola;
- o mercado brasileiro de transgênicos já é o segundo maior do planeta;
- entre 2013 e 2014, o Brasil foi o país que registrou maior aumento de áreas cultivadas com sementes transgênicas no mundo, chegando a cerca de 40 milhões de hectares;
- de acordo com o IBGE, a expectativa é que, entre 2014 e 2015, haja um aumento de 3,9%, chegando a 42,2 milhões de hectares;
- este mesmo agronegócio, aliado aos órgãos estatais, impôs uma derrota histórica ao povo brasileiro com a aprovação do Código Florestal (Código do Desmatamento) no Congresso Nacional.

O programa de Reforma Agrária Popular, elaborado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e referendado em seu VI Congresso Nacional, realizado em 2014, vem como resposta a esta situação, no sentido de ressignificar a necessidade de se fazer Reforma Agrária no Brasil fazendo o embate, através de proposições objetivas, as contradições geradas no campo pelo próprio modelo Agronegócio.

Segundo documento do Encontro Estadual do MST de São Paulo, realizado em janeiro de 2015, não se trata de caracterizar o Programa de Reforma Agrária Popular como a negação

do projeto de Reforma Agrária Clássica, mas sim como acúmulo político da luta pela terra. Para a organização, as tarefas democráticas na atualidade passam necessariamente a serem tarefas populares.

A cartilha “Programa Agrário do MST” (MST, 2014), explica que o programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio, propondo um processo de acúmulo de forças.

As proposições perpassam temas como a democratização da terra, os bens da natureza, as sementes, a organização da produção agrícola, industrialização, política agrícola, energia, educação e cultura, direitos sociais, condições de vida, gênero e devem ir se materializando rumo ao fortalecimento da mudança estrutural necessária. O lema do VI Congresso, definido através de um processo coletivo, como esclarecido no programa agrário, consiste na frase “Lutar - Construir Reforma Agrária Popular” e deve ser considerado representativo do conteúdo debatido e apresentado como desafio para o período que segue.

Um dos pontos do programa agrário (2014, p.34), descreve que essa nova natureza da Reforma Agrária impõe desafios que, de maneira resumida, devem resolver os problemas concretos da população do campo, alcançar a conquista de territórios, produzir alimentos saudáveis, consolidar as alianças com os trabalhadores do campo e também urbanos e, por fim, acumular forças junto com a classe trabalhadora para construção de uma nova sociedade.

Em outubro de 2014, foi publicado o caderno de estudo “Como construir a Reforma Agrária Popular em nossos assentamentos”, sob a responsabilidade da Coordenação Nacional do MST e setor de produção, cooperação e meio ambiente.

O material de estudo descreve as linhas de ação relacionadas com a Reforma Agrária Popular e discorre sobre treze principais temas que devem nortear esse processo, são elas: “Produção de alimentos saudáveis; Desenvolvimento da agroecologia; Desenvolvimento da irrigação; Meio ambiente e recursos naturais; Cooperação agrícola; Desenvolvimento da agroindústria; Assistência técnica e extensão rural (ATER); Formação e capacitação técnica; Infraestrutura social; Sobre as medidas do governo Federal para titulação dos assentamentos; Nossa política com a juventude – sobre a participação real da juventude na implementação da Reforma Agrária Popular nos assentamento; Sobre nossa política de participação efetiva das mulheres; Nossa política com a sociedade”.

3.3 A agroecologia no MST e sua relação com a Reforma Agrária Popular.

Os assentamentos rurais do MST são a expressão de uma luta social vitoriosa e, ao mesmo tempo, a possibilidade de forjar nos territórios novas relações sociais. Para Marx (1845/1846), “serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.

Diante disso, a forma de produção e reprodução da vida nestes espaços é um debate de fundamental importância, compreendendo que a organização da vida material reflete diretamente no processo de consciência das famílias. Neste sentido, os projetos de assentamento devem contemplar, em suas particularidades e em sua totalidade, propostas de organização do modo de vida cotidiano que contraponham a realidade hegemônica e, ao mesmo tempo, promovam a possibilidade de uma vida mais digna no campo.

Os temas presentes no cotidiano das famílias, desde o período de acampamento, ganham intencionalidade política, sendo construídos em processos de formação diversos: tais como reuniões de núcleos, cursos, debates, seminários, ocupações de terra, planejamentos

coletivos, entre outros. São exemplos de temas, a distribuição espacial dos lotes e áreas sociais, a infra-estrutura, educação, saúde, lazer, gênero e também que tipo de produção e como ela será realizada no futuro assentamento.

Porém, o assentamento rural consiste em um território, no qual a disputa política, ideológica e econômica com a burguesia e forças do latifúndio pelo seu controle, seguem ocorrendo permanentemente. Portanto, não podem ser romantizados como ilhas isoladas dos problemas e influências da sociedade. As condições da vida local e o cotidiano das famílias pós-conquista territorial, não podem ser reduzidos a uma visão simplista e superficial, que considera o assentamento, por si só, como uma “nova forma de vida”.

Segundo o MST, em cartilha publicada no ano 2008, “as novas relações sociais que se estabelecem no assentamento, com a democratização da terra e com o trabalho familiar, não são suficientes para garantirem as mudanças na visão de mundo, nas práticas produtivas e nas relações cotidianas entre as pessoas e nem alteram o poder político local”, por isso, o trabalho local organizativo deve continuar após a conquista da área. (Cartilha do MST - Como organizar a produção dos assentamentos, 2008)

Quando surge o MST, no ano de 1984, a produção dos assentamentos conquistados foi inserida na lógica de produção agropecuária convencional, oriunda do período de modernização conservadora da década de 1960. Em seu surgimento, o contexto da luta pela terra era voltado para a conquista das áreas consideradas improdutivas e a realização da reforma agrária tinha como papel fundamental tornar os novos territórios em espaços produtivos que garantissem visibilidade para a necessidade de se fazer reforma agrária no país.

Neste período, a agricultura alternativa, presente ainda timidamente na realidade do país, era considerada ainda uma proposta muito nova para a realidade dos produtores familiares assentados rurais, sem tantas comprovações de que pudessem garantir produtividade e sucesso aos assentamentos rurais esperados pelo MST perante a sociedade brasileira. Assim, neste período, a prática da agricultura convencional, sob o argumento da alta produtividade e geração de alimentos em larga escala, foi adotada nos assentamentos de Reforma Agrária do MST.

No final da década de 1980, compreendendo alguns limites que a agricultura convencional sinalizava ao pequeno produtor, como por exemplo, o endividamento através do crédito rural, altos custos de produção e a dificuldade de escoamento da produção pela competição com o grande produtor e falta de canais de comercialização adequados, incitaram à organização em desenvolver o tema da Cooperação e propor um sistema cooperativista inspirado na experiência Cubana. Diante deste contexto, em 1988, o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados e, a partir do ano seguinte, houve o número de cooperativas agropecuárias nos assentamentos teve um grande aumento. Este processo culminou, em 1992, na criação da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Nessa época, segundo Socopinho, citada por Borsatto e Ramos (2014), foram organizadas mais de quarenta Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) no país, muitas inteiramente coletivistas, não só quanto à organização do trabalho, mas também quanto a certos aspectos da vida doméstica como, por exemplo, o uso de refeitórios e creches.

Ainda na década de 1990, a Via Campesina, uma articulação internacional de organizações do campo, da qual o MST passou a fazer parte em 1995, trouxe o tema relacionado às sementes como patrimônio da humanidade e o debate da Soberania Alimentar, definindo-a como o “direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar”.

É importante ressaltar que na década de 1990, ocorreu a conferência Rio-92 da Organização das Nações Unidas (ONU), que firmou uma diversidade de compromissos ambientais entre os países participantes que culminaram na construção do documento Agenda 21 e, concomitantemente, ocorreu o Fórum Global 92, puxado principalmente por Organizações não governamentais (ONG's), na qual, o documento produzido foi à chamada “Carta da terra”. Assim, fica evidente que o debate sobre meio ambiente estava ganhando bastante espaço no cenário internacional e, conseqüentemente, também no Brasil.

A partir desse período pode-se dizer que o tema da sustentabilidade começa a fazer parte dos debates do MST, no ano de 1997, por exemplo, é fundada a Bionatur visando à produção de sementes agroecológicas.

Já início de 2000, no IV Congresso do MST são firmados compromissos com o meio ambiente e, a partir de um debate nacional sobre a necessidade de se pensar novas formas de assentamento, foi produzida uma cartilha conhecida como “Novas formas de organização dos assentamentos” (2002). Como relata Grossi Rodrigues (2014), no que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados movimentos sociais do campo, dentre eles o MST, vem incorporando gradualmente, temas relacionados à questão socioambiental, como, por exemplo, a necessidade de preservação ambiental em defesa da biodiversidade, soberania e segurança alimentar, o embate as sementes transgênicas e a agroecologia como uma nova matriz tecnológica para produção e reprodução da vida no campo.

Durante o V Congresso Nacional, realizado em 2007, a agroecologia aparece já, explicitamente, no texto da carta de declarações públicas do congresso, a organização assumiu como um de seus compromissos “defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, 2007, p. 9).

Ainda em 2009, Stédile, representando a Coordenação Nacional do MST, dizia que o projeto do MST para o campo brasileiro, consistia em desenvolver uma agricultura que democratizasse a propriedade da terra e as condições para poder produzir alimentos saudáveis e sem uso de agrotóxicos. Um modelo tecnológico que esteja em equilíbrio com a natureza e, que consiga garantir a produtividade física da área e do trabalho (STÉDILE, 2009).

A agroecologia vai aparecendo de maneira gradativa nas propostas do MST como um modelo tecnológico e para comprovar sua eficiência a realidade dos assentamentos, fazia-se necessário desenvolver experiências concretas nos territórios. As primeiras experiências vão ocorrer principalmente nos estados localizados ao Sul do país, estendendo-se aos poucos para outras localidades.

Não são muitos os trabalhos que sistematizam esse processo de formação do discurso e da prática agroecológica no MST, mas a maioria consultada (BORGES, 2010; BARCELLOS; 2008; BORSATTO, 2013) coloca a chegada da agroecologia como uma superação ao Sistema Cooperativista dos Assentados, avaliado como algo que não deu certo e, apontam para adoção da agroecologia, como uma superação ao sistema cooperativista do MST. Porém, as experiências relacionadas, ao Sistema Cooperativista dos Assentados, seguem presentes e funcionando em diversos territórios do MST espalhados pelo país.

Tal sistema está inserido em um debate profundo sobre a Cooperação Agrícola, que segue como linha política da organização. Na concepção do MST, os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, forjando valores humanistas e socialistas. Devendo estar vinculada a um projeto estratégico, que visa à mudança da sociedade, para tal, deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo. É, portanto, uma ferramenta de luta na medida em que

contribui para a organização dos assentados em núcleos de base, liberação de militantes e para a luta política. (MST, 2008)

É certo que nem todos os estados e regiões, principalmente pelas consequências que a adoção do pacote tecnológico da revolução verde gera ao pequeno produtor (alto custo de produção, endividamento, tipo de assistência técnica imposta, os problemas ambientais nos assentamentos, entre outros), mesmo em sistema cooperativista, encontraram dificuldades de prosperar no processo produtivo. Situações estas que foram fundamentais para trazer à tona a crítica ao modelo hegemônico no campo e o debate/práticas agroecológicas para a pauta da organização.

Assim, a agroecologia não vem em substituição a este Sistema Cooperativista dos Assentados, baseado nos princípios da Cooperação agrícola, mas no sentido de complementar e fortalecer os princípios da cooperação já proposto pelo MST, como resposta e recusa do padrão de agricultura capitalista imposto e suas consequências nos assentamentos e na sociedade como um todo.

Como mostra Gonçalves (2010), citando Finkler (2006), o esforço feito pelo movimento para a construção desta nova matriz produtiva não se fundamenta apenas nos princípios da sustentabilidade ambiental, mas, busca aliar a esta, a questão do cooperativismo. Nesta perspectiva, a cooperação é vista enquanto prática eficaz para a adequação de tecnologias que causem menor impacto ao ambiente agrícola, além de possibilitar também o resgate dos valores e tradições camponesas.

Apesar do termo “agroecologia” já ter aparecido no documento final do IV Congresso de 2000 e do V Congresso do MST, realizado no ano de 2007 e o tema da questão sócio-ambiental já vir aparecendo antes no cenário dos debates políticos encampados pela organização, somente no ano de 2014, durante o VI Congresso, fica estabelecida enquanto linha política prioritária para o conjunto do Movimento nacional.

Esta ascensão da proposta agroecológica, ocorre devido às mudanças no contexto do campo advindas do avanço do agronegócio com suas diversas contradições, da postura adotada pelos governos em não priorizar a aquisição de novas áreas para fins de democratização do acesso a terra e dos debates acerca da questão agrária já ter sido solucionada no país por um viés que não necessitou a realização da reforma agrária. Consequentemente, o contexto provocou mudanças na própria natureza da luta pela terra e Reforma Agrária no país.

No programa agrário (2014), a organização afirma que a Reforma Agrária de caráter popular, integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza como negação da sua apropriação privada realizada pelo modelo de desenvolvimento capitalista no campo. Isto deve implicar na construção de um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. (Programa Agrário do MST, 2014, p. 33)

Dessa forma, a agroecologia passa a ser encarada como linha política nacional, assumindo papel importante para o avanço da proposta de Reforma Agrária no país, tanto do ponto de vista de conquista de novos territórios, calcados em uma proposta diferenciada de projeto de assentamento, quanto em processos de mudança de matriz produtiva nos territórios já conquistados pelo MST forjando novas relações sociais.

3.4 As Comunas da Terra e sua relação com as experiências agroecológicas no estado de São Paulo

Acompanhando o debate nacional do MST sobre as novas formas de organização dos assentamentos e, a partir da realidade específica do estado de São Paulo, o MST estadual formulou uma proposta para os assentamentos denominada por “Comunas da terra”.

É importante ressaltar que no estado de São Paulo, segundo o Censo Agropecuário 2006, citado no trabalho do IPEA (2012), a agricultura familiar, soma 151.015 unidades, representando 66,35% do total de estabelecimentos agropecuários. A agricultura patronal, por sua vez, representa 33,65% dos estabelecimentos, ou seja, 76.579 unidades. Em termos de área, por seu turno, a agricultura familiar possui apenas 2,5 milhões de ha sob seu controle, aproximadamente 15% de toda a área dos estabelecimentos agropecuários do estado, ao passo que a agricultura patronal se estende por 14,1 milhões de ha, aproximadamente 85% da área total. Os estabelecimentos acima de 1 mil ha, que ocupavam 4,7 milhões de ha em 1995, passaram a ocupar 5,9 milhões de ha em 2006, mesmo ante a diminuição no número absoluto de estabelecimentos agropecuários nesta faixa de área. “Em termos de concentração de terra, portanto, São Paulo é um Brasil piorado” (IPEA, 2013).

Segundo o Projeto CANASAT, citado pelo IPEA (2013), o estado São Paulo produz cana-de-açúcar em 5,3 milhões de ha de área cultivada, com presença em onze regiões administrativas das quinze existentes até aquele ano. A região administrativa com a menor quantidade de área plantada de cana-de-açúcar é Sorocaba, com 262.401 ha. Nas demais regiões administrativas, a área ocupada não é menor que 400 mil há. Mesmo diante da crise financeira de 2009, a área expandida com o cultivo, registrada na safra 2010-2011, foi de quase 100 mil ha, nada menos que 33% de toda a área ocupada com assentamentos em 30 anos de política de reforma agrária. A partir de dados do INCRA (2013), existem 270 assentamentos com 17.460 famílias e 344.939,48 hectares de terras no estado de São Paulo.

Goldfarb (2006) explica que as “Comunas da terra”, referem-se a uma nova forma de assentamento rural, a partir de 2001, cujas principais características consistem em serem constituídas por pessoas que viveram muitos anos em grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas, ou Ribeirão Preto e, portanto, não possuem um passado recente ligado a terra. Além disso, serem implantadas em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção, e possuírem a Concessão Real de Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela. (GOLDFARB, 2006)

Chama-se a atenção para uma nova composição dos sujeitos da reforma agrária do MST, visando à inclusão de segmentos da população mais espoliada das cidades, passa a não englobar apenas camponeses expropriados da terra, mas também pessoas que não necessariamente têm uma história recente, diretamente ligada ao campo (GOLDFARB, 2006). Como exposto por Matheus, citado por Goldfarb (2006), estes assentamentos propõem uma possibilidade de “organização de comunidades de economia camponesas” a partir do público urbano.

Além disso, este tipo de assentamento possui como proposta de produção o desenvolvimento de outra matriz tecnológica, através dos princípios da agroecologia.

Os PDS tem sido implantados em áreas menores que os Projetos de Assentamentos – PA, tradicionais, necessitando-se de um planejamento mais eficiente quanto ao uso do solo, dinamização do manejo, no que tange principalmente o aporte de biomassa devolvida ao solo visando a maior sustentabilidade dos agroecossistemas, pois nos PDS são implantados nos princípios da Agroecologia, excluindo um modelo de agricultura calcado no pacote

tecnológico convencional à base de agroquímicos, e gerando maior estabilidade econômica, geração de renda no meio rural.

O MST no estado de São Paulo é organizado em dez regionais. As primeiras regionais constituídas - Andradina, Itapeva e Promissão - ainda na década de 1980, são exemplos de locais em que os assentamentos se constituíram seguindo o modelo convencional de agricultura difundido pela Revolução Verde com o objetivo de tornar altamente produtivas as terras destinadas à reforma agrária, como abordado em tópico anterior.

Grande São Paulo, Vale do Paraíba, Campinas e Ribeirão Preto são regionais que se constituíram posteriormente e possuem a maior parte de seus assentamentos, inseridas na proposta das Comunas da Terra, tais regionais conformam o Eixo Metropolitano, com assentamentos localizados próximos a grandes centros urbanos.

A implantação na prática desta proposta perpassa por uma construção com o conjunto das famílias acampadas, pela pressão do movimento social sobre os órgãos responsáveis pela realização da Reforma Agrária sejam eles federais ou estaduais e, por último, estes órgãos devem encontrar meios legais de viabilizar a proposta das Comunas da Terra.

Do ponto de vista federal, para criar as Comunas da Terra, o INCRA de SP utilizou os Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis – PDS's, esta modalidade de assentamento foi elaborada a partir das experiências de reservas extrativistas localizadas no norte do país, criado através da portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999, para poder assentar pessoas que não se constituem como uma comunidade tradicional em áreas de importância ambiental. Assim, o objetivo do PDS é garantir geração de renda das famílias por meio do manejo sustentável e ecológico do meio ambiente (GOLDFARB, 2006).

Para o INCRA, ao promover a instalação de assentamentos do tipo PDS em São Paulo, tinha em vista uma finalidade estratégica importante: em um contexto fundiário marcado pela escassez de terras disponíveis e por uma agressiva expansão do agronegócio sucroalcooleiro, a modalidade do PDS apresentou-se como recurso alternativo para assegurar a obtenção de terras para a reforma agrária e assim atender a uma importante demanda social que já se configurava com a ocupação, por famílias sem-terra, de áreas da antiga Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) – empresa pública estadual que administrava a malha ferroviária paulista – que haviam retornado para o domínio da União.” (INCRA, 2013)

Do ponto de vista da criação de assentamentos estaduais com a proposta das Comunas da Terra os avanços foram poucos, até o momento não existe nenhuma portaria que se aproxime na criação desta proposta. Na regional da Grande São Paulo, existe o assentamento Dom Tomaz Balduino, localizado no município de Franco da Rocha, constituído no ano de 2001, com 68 famílias. Apesar de ser um assentamento viabilizado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, em construção conjunta com as famílias à proposta de ser uma Comuna da Terra foi mantida.

Segundo consulta ao “Painel dos assentamentos” do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2013), na Superintendência Regional 08, INCRA/SP, existem dezenove assentamentos da modalidade PDS, num total de 1511 famílias assentadas (Tabela 1).

Código PA	Nome PA	Município	Capacidade	Famílias Assentadas	Área PA	Data de Criação
SP0291000	PDS AGROECOLÓGICO	Itanhaém	15	5	153,2656	02/08/2005
SP0325000	PDS AGROECOLÓGICO HUGO MAZZILLI	Caconde	22	20	135,5369	04/12/2007
SP0233000	PDS ASSENTAMENTO	Eldorado	72	59	3072,6781	08/02/2012

CÓDIGO PA	NOME PA	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA PA	DT CRIAÇÃO
SP0244000	AGROAMBIENTAL ALVES, TEIXEIRA E PEREIRA PDS	Descalvado	19	17	256,3979	10/11/2008
SP0327000	COMUNIDADE AGRARIA 21 DE DEZEMBRO PDS	Descalvado	83	75	533,3591	11/07/2006
SP0271000	COMUNIDADE AGRÁRIA AURORA PDS DA BARRA	Ribeirão Preto	474	473	1549,4838	15/12/2006
SP0326000	TEIXEIRA PDS ELIZABETH	Limeira	150	104	602,8676	15/12/2006
SP0260000	TEIXEIRA PDS EMERG. COMUNA DA TERRA MILTON SANTOS	Americana	100	66	103,4505	16/10/2006
SP0267000	EMERGENCIAL BOA ESPERANÇA PDS	João Ramalho	29	27	54,69	18/09/2008
SP0268000	EMERGENCIAL BOM JESUS PDS	Iepê	37	34	68,3	19/09/2008
SP0365000	FAZENDA VARGEM DO RIO JUNDIAI PDS	Mogi das Cruzes	46	38	133,3491	19/12/2005
SP0238000	MANOEL NETO PDS	Taubaté	47	42	378,9082	20/06/2007
SP0241000	OLGA BENÁRIO PDS	Tremembé	64	52	692,122	20/09/2004
SP0264000	PROFESSOR LUIZ DE DAVID MACEDO PDS	Apiáí	87	78	7767,22	24/11/2006
SP0265000	RIBEIRÃO DO PIO PDS	Miracatu	15	13	406,1	24/12/2014
SP0243000	SANTA HELENA PDS	São Carlos	14	14	98,8306	27/07/2006
SP0031000	SANTO ANGELO PDS	Mogi das Cruzes	344	284	532,2719	27/07/2006
SP0263000	SÃO LUIZ PDS	Cajamar	31	31	123,0682	27/12/2005
SP0220000	SEPE TIARAJU PDS	Serra Azul	80	79	797,7495	29/11/2005
				1511	17459,64	9

Organização: Patricia Nunes

Tabela 1 – Assentamentos rurais do tipo PDS presentes no Estado de São Paulo até 2013. (Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>).

A partir desta consulta ao site do INCRA e diálogo com coordenadores do MST em São Paulo, constatou-se que oito destes assentamentos são organizados pelo MST, contando com um total de 716 famílias assentadas (Tabela 2).

CÓDIGO PA	NOME PA	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA PA	DT CRIAÇÃO
-----------	---------	-----------	------------	---------------------	---------	------------

SP027100 0	PDS DA BARRA*	Ribeirão Preto	474	264	1549,483 8	15/12/200 6
SP032600 0	PDS ELIZABETH TEIXEIRA	Limeira	150	104	602,8676	15/12/200 6
SP026000 0	PDS EMERG. COMUNA DA TERRA MILTON SANTOS	Americana	100	66	103,4505	16/10/200 6
SP023800 0	PDS MANOEL NETO	Taubaté	47	42	378,9082	20/06/200 7
SP024100 0	PDS OLGA BENÁRIO	Tremembé	64	52	692,122	20/09/200 4
SP026400 0	PDS PROFESSOR LUIZ DE DAVID MACEDO	Apiaí	87	78	7767,22	24/11/200 6
SP026300 0	PDS SÃO LUIZ	Cajamar	31	31	123,0682	27/12/200 5
SP022000 0	PDS SEPE TIARAJU	Serra Azul	80	79	797,7495	29/11/200 5
			1033	716	12014,87	

*Apenas 264 famílias são organizadas pelo MST.

Organização: Patricia Jóia Nunes

Tabela 2 – Assentamentos rurais do tipo PDS presentes no Estado de São Paulo até 2013, nos quais, o MST possui atuação. (Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>).

Este número apurado, ou seja, 716 famílias organizadas pelo MST em PDS's no Estado de São Paulo, apenas fornece uma base de quantas famílias estão envolvidas nas propostas de Comunas da Terra, pois ao compreender que tal proposta, extrapola os limites do Estado e diz respeito a uma concepção de assentamento do MST, é necessário apurar mais detalhadamente caso a caso. Existe o caso do assentamento estadual Dom Tomaz Balduino em São Paulo e, posteriormente, alguns casos de assentamentos federais que são normatizados pelo INCRA na modalidade PA (Projeto de Assentamento), mas que mantém a proposta das Comunas da Terra em sua organização.

Existe uma ferramenta que foi utilizada na região de Ribeirão Preto, denominada Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), um acordo entre INCRA, assentados rurais, mediado pelo Ministério Público e com participação da sociedade civil. O TAC permite a discussão coletiva de como será organizado o assentamento e quais as obrigações dos envolvidos no processo, por exemplo, não utilizar agrotóxicos, fazer a recuperação ambiental nas áreas de Reserva Legal, como será a utilização da água para irrigação e perfuração de poços, a criação de animais de grande porte, entre outras discussões pertinentes as realidades locais.

Nestas quatro regiões citadas, portanto, todas as famílias envolvidas em acampamentos do MST tiveram acesso ao debate da proposta de produção agroecológica e organização de seus futuros assentamentos em Comunas da Terra. Colocar a agroecologia em prática nestes locais, não é algo tão simples, pois é necessária a apropriação do conhecimento pelas famílias envolvidas, portanto, é preciso firmar projetos e parcerias que atuem no sentido de colaborar com o avanço das experiências. Ainda, é preciso garantir um canal de escoamento da produção, a fim de que haja certamente a geração de renda. Tudo isto, caminhando

conjuntamente com o processo de estruturação dos lotes familiares e de toda infraestrutura para a produção, tendo que contar com dificuldade de moradia, estradas, acesso a água para irrigação e consumo.

Nas quatro regiões citadas, os avanços nas experiências agroecológicas são evidentes, bem como, em experiências de comercialização. Destacando-se:

- Há uma diversificação de culturas nestes locais citados, os produtos encontrados são hortaliças diversas como alface, rúcula, rabanete, couve, brócolis, berinjela, jiló, abobrinha e abóbora seca. Há também o cultivo de milho, feijão de corda, mandioca, banana e mamão.
- No Vale do Paraíba e em Ribeirão Preto, houve um interessante avanço em experiências agroflorestais, somando aproximadamente 80 unidades produtivas;
- As quatro regiões possuem experiências de comercialização direta através de pontos de feira ou entregas de cestas semanais nas cidades, utilizando-se também de canais de comercialização institucionais;
- Todas estão envolvidas em processos de certificação participativa para Organização de Controle Social (OCS);
- Já possuem ou encontram-se em processo de criação de entidades jurídicas que atuem somente na comercialização de produtos agroecológicos;
- Há o envolvimento da juventude em processos de comercialização, contribuindo principalmente, para a adoção de tecnologias modernas como as redes sociais, muito utilizadas hoje na comercialização direta.

Observou-se também um avanço nas experiências agroecológicas, superando até mesmo as regiões em que estes assentamentos de Comunas da Terra foram constituídos. Em levantamento, realizado em reuniões do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente de São Paulo, todas as regionais possuem pelo menos uma experiência em fase de desenvolvimento, dessa forma, já há um grande potencial de avanço nessas experiências e sua sistematização é uma necessidade.

Algumas regiões já começaram desde 2013, a realizar encontros regionais sobre o tema da agroecologia, o processo de transição nos assentamentos mais antigos, os debates acerca dos agrotóxicos e transgênicos, são exemplos as regiões do Pontal do Paranapanema e Itapeva.

Na região do Pontal do Paranapanema, a partir destes encontros, foi constituída uma “rede de agroecologia do Pontal”, na qual participam MST e uma diversidade de entidades que atuam no campo e cidade, visando avançar nas experiências agroflorestais.

Na região de Itapeva, com assentamentos de grande produção de feijão e soja convencionais, foram realizados Encontros com os temas da Campanha contra os Agrotóxicos, com ampla participação dos assentados. Existem também algumas experiências de produção orgânica da soja para extração de óleo e feijão. Além disso, existe na região o Instituto Laudenor de Souza, com o objetivo de desenvolver experiências envolvendo ensino, pesquisa e as práticas agroecológicas.

No estado de São Paulo existem outras três escolas/centros de formação que atuam difundindo experiências agroecológicas através de cursos formais e informais, implantações práticas de áreas demonstrativas, oficinas, seminários e encontros, são eles: Escola Rosa Luxemburgo, Iaras/SP, Centro de Formação Campo e Cidade, Jarinú/SP e Centro de Formação Sócio-agrícola Dom Hélder Câmara.

A partir do fortalecimento do tema em âmbito nacional, o estado iniciou em 2015 um processo coletivo, no sentido de elaborar um Plano Agroecológico próprio aos assentamentos rurais localizados no estado de São Paulo. Para tal, houve o I Seminário de Agroecologia e Agroflorestas em abril 2015, no assentamento “Mário Lago”, em Ribeirão Preto/SP. Neste seminário, foi realizado um debate teórico-conceitual sobre Agroecologia e o desenvolvimento dos assentamentos, foram realizadas trocas de experiências entre as sete regiões do MST presentes e, por último, feira de troca de sementes.

4. Considerações finais

A implementação da Reforma Agrária Popular, inserida no contexto da luta de classes no campo brasileiro, só pode ser concretizada como parte de um processo de enfretamento popular, envolvendo o campo e a cidade, num combate aos pilares de caráter exploratório e desigual que conformam a questão agrária brasileira. E deve apontar não só para a democratização do acesso a terra, como também para a modificação do modo de produção necessário para satisfazer as necessidades econômicas e políticas do conjunto da classe trabalhadora.

A agroecologia, como linha política nacional, assume papel importante para o avanço da proposta de Reforma Agrária no país, tanto do ponto de vista de conquista de novos territórios, calcados em uma proposta diferenciada de projeto de assentamento, quanto em processos de mudança de matriz produtiva nos territórios já conquistados pelo MST, forjando novas relações sociais e no diálogo com a sociedade através da produção de alimentos saudáveis.

Neste sentido, considera-se que há a necessidade do MST avançar em sua concepção teórico-conceitual e nas práticas agroecológicas, compreendendo que estas duas vertentes caminham juntas e dialogam constantemente para a construção do conhecimento.

No estado de São Paulo, aponta-se como bastante interessante a proposta das Comunas da Terra para a organização dos assentamentos, possibilitando travar um enfrentamento ao capital no campo, na medida em que traz proposições diferenciadas e fortalece a proposta de produção agroecológica.

Considera-se necessário fazer um levantamento mais detalhado, região a região e caso a caso, de tais experiências, obtendo-se a quantidade das famílias envolvidas e os detalhes dos avanços na produção agroecológica, porém, é claro que as Comunas da Terra contribuíram efetivamente para o avanço das experiências agroecológicas e de comercialização no Estado de São Paulo, tornado-se fonte de inspiração para que as outras regionais também fossem se somando a este processo.

Destaca-se também, a importância do Instituto Laudenor de Souza, Escola Rosa Luxemburgo, Centro de Formação Campo e Cidade e Centro de Formação Dom Hélder Câmara presentes no estado de São Paulo neste processo, sediando diferentes atividades relacionadas ao tema, sejam elas reuniões, cursos formais ou informais, seminários, atividades de implantação prática, caminhando para o avanço das experiências agroecológicas e dando suporte formativo as famílias.

Diante disso, compreende-se que as Comunas da Terra vão de encontro com a proposta de Reforma Agrária Popular, fortalecendo-a, pois possuem como uma de suas proposições fundamentais a produção de alimentos saudáveis e o fortalecimento da relação com a sociedade. Neste sentido, aponta-se como fundamental dar continuidade a tal proposta de organização dos assentamentos no Estado de São Paulo para o avanço da Reforma Agrária Popular frente à realidade estadual.

Neste sentido, a concretização ou não dos PDS's não deve ser um limite para o avanço da agroecologia e nem das Comunas da Terra. Porém, é preciso reconhecer que uma normativa específica, tem como positivo, a possibilidade de políticas públicas que permitam a o investimento em produção agroecológica e a recuperação/conservação ambiental. Outras possibilidades devem ser testadas, como é o caso, por exemplo, da utilização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), como ferramenta para garantir os projetos de assentamento, no caso PDS's, na região de Ribeirão Preto/SP.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M.; **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Trad. de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240p.

BIANCHINI, V.; MEDAETS, J. P. P.; DA REVOLUÇÃO VERDE À AGROECOLOGIA: PLANO BRASIL AGROECOLÓGICO. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf. Acesso em: 20 de Jun. de 2016.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S.; **A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 645-660, Out/Dez 2013 – Impressa em Fevereiro de 2014;

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Balço da Reforma Agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/cpt/2381-balanco-da-reforma-agraria-2014-e-do-primeiro-mandato-da-presidenta-dilma-rousseff>; Acesso em: 12 de Jun. de 2015.

FERNANDES, B. M.; **Agronegócio e Reforma Agrária**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf, 2005. Acesso em: 19 de Jun. de 2016.

FIRMIANO, D. F.; **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e atualidade histórica da Reforma Agrária**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNESP. Araraquara: UNESP (2014). Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/browse?type=author&value=Firmiano,%20Frederico%20Daia%20%5BUNESP%5D>. Acesso em: 18 de Jun. de 2016.

GOLDFARB, Y.; **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. Tese mestrado, FFLCH, USP/SÃO PAULO, 2007.

GONÇALVES, J. C.; **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto-SP**. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../TESE_YAMILA_GOLDFARB_PARTE_I.pdf. Acesso em: 18 DE Jun. de 2016.

GROSSI RODRIGUES, M. A.; **Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 279p. Disponível em: <http://www.mstmdados.org/sites/default/files/2014%20Tese%20UFRJ%20Monica%20Aparcida%20Grossi%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 18 de Jun. de 2016.

GUZMAN, S.; **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. 30 p.

GUZMÁN, E. S.; **A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002

GUZMÁN, E. S.; **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

INCRA. Painel de assentamentos rurais, 2013. Disponível em: (<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 18 de Jun de 2016.

INCRA. Revista Terra da gente. Nº 02, 2015

IPEA. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo: Fatores de sucesso ou insucesso**. Cf. Governo Federal, 2013.

MARX, K. **A ideologia Alemã**. Versão eletrônica disponível em <http://www.jahr.org>. Acesso em 18 de Jun. de 2016.

MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e movimentos sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses** – Campinas, SP: [s.n.], 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília-DF, 2006.

MOVIMENTO SEM TERR.; **Cartilha do Programa Agrário do MST**, VI Congresso Nacional do MST. Brasília 2013.

LUZZI, N.; O DEBATE AGROECOLÓGICO BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS EBAAS E DA EXPERIÊNCIA DO PTA/FASE. 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 2008, Caxambu-MG. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2730&Itemid=230. Acesso em: 16 de Jun. de 2016.

SCHMITT, C. J.; **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira**. Disponível em:

<https://www.macroprograma1.cnptia.embrapa.br/agroecologia/...de.../file>. Acesso em: 17 de Jun. de 2016

SAMPAIO JR., P. A.; A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A LUTA PELO SOCIALISMO. In: Stédile, J. P. (org). Douglas Estevam (assistente de pesquisa) A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1ª ed. 2013. 242 pág.